



Da esquerda para a direita: Maria Emília Brederode Santos e Luiz Fagundes Duarte.

## ENCERRAMENTO CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

LUIZ FAGUNDES DUARTE<sup>1</sup>

Muito boa tarde a todos. Vamos dar início à fase de encerramento desta Conferência que, em boa hora, e passe a imodéstia, em nome da Comissão e suponho que também em nome do Conselho Nacional de Educação, consideramos já que foi uma boa iniciativa, com excelentes apresentações, e sobretudo com o levantar de questões, muitas delas já borbulhariam nos nossos espíritos, mas que foram aqui verbalizadas de uma maneira que pode facilmente levar-nos a participar e a integrá-las na nossa actividade do dia-a-dia.

Nós, enquanto Deputados, estamos e continuaremos a estar abertos a todo o tipo de participação em iniciativas deste género que venham a ser feitas no futuro, no sentido de cada vez mais nos aproximarmos, não só da população propriamente dita, mas de todos aqueles que no terreno produzem pensamento, produzem pedagogia sobre estas matérias.

Como está no programa, esta sessão de encerramento vai ter como pedra principal o comentário, a apresentação de conclusões pela Dr<sup>a</sup> Maria Emília Brederode Santos. Estão, também, aqui representados os grupos parlamentares. O Deputado Bravo Nico do PS, o Deputado João Prata do PSD, o Deputado Michael Seufert do CDS-PP, e a Deputada Rita Rato do PCP.

O Bloco de Esquerda não está presente por uma razão que eu não referi no início, mas que se deve ao facto de neste momento estarem a decorrer as jornadas parlamentares do Bloco de Esquerda. Normalmente, quando são realizadas jornadas parlamentares não há outra actividade parlamentar aqui na Assembleia. No entanto, como nós já tínhamos esta Conferência marcada, com os convites feitos, com toda a logística montada, no momento em que o Bloco de Esquerda decidiu fazer as suas jornadas parlamentares negociámos com o respectivo grupo parlamentar, que aceitou que se realizasse a Conferência, não estando presente. Daí a razão desta ausência do representante ou da representante do Bloco de Esquerda nesta mesa, naturalmente com muita pena dos próprios.

Feita esta explicação, passo a palavra à Dr<sup>a</sup> Maria Emília Brederode Santos que, com a sua experiência, quer no Conselho Nacional de Educação, quer a vários níveis no pensar e no aplicar de teorias e de práticas pedagógicas no nosso país, apresentará as conclusões que farão parte do relatório que, logo que esteja pronto e aprovado pela Comissão, será

publicado nas duas vias que normalmente utilizamos, uma publicação em papel e uma publicação em linha, para que todas estas conclusões e as intervenções que aqui foram feitas não passem de mais umas palavras que ficam no vento, mas sim de matéria de trabalho para todos nós e para o futuro. Dr<sup>a</sup> Maria Emília, tem a palavra.

MARIA EMÍLIA BREDERODE SANTOS<sup>2</sup>

Senhores Deputados – em especial: Senhor Presidente da Comissão de Educação e Ciência, Deputado Luíz Fagundes Duarte; Senhora Coordenadora do Grupo de Trabalho dos “Currículos dos Ensinos Básico e Secundário”, Deputada Manuela de Melo; Senhores representantes dos grupos parlamentares; Senhora Presidente do Conselho Nacional de Educação, Prof.<sup>a</sup> Ana Maria Bettencourt; Senhores Conselheiros; Caros amigos e colegas,

Queria começar por saudá-los e felicitá-los por esta iniciativa conjunta da Assembleia da República e do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Pedem-me para retirar conclusões deste seminário. Não sei se é possível e desejável retirar imediatamente conclusões, será melhor irmos todos reflectir sobre tudo o que aqui foi dito e que foi tão interessante. Mas posso identificar alguns pontos de acordo, algumas tendências gerais e eventualmente também algumas tensões e divergências. Referir-me-ei mais às intervenções da manhã do que às da tarde porque estarão mais esquecidos das primeiras e porque tive mais tempo para pensar nessas.

A questão que orientou este Encontro foi: que currículo para o século XXI?

E é, de facto, uma questão importantíssima que ainda bem que interessa e ocupa os Senhores Deputados, que aliás sobre ela se deveriam debruçar periodicamente. De facto, é importante pensar no que será apropriado, hoje, em 2010, que as crianças e jovens de hoje que deverão estar na escola até aos 18 anos de idade, aprendam. Que será importante, apropriado, necessário que aprendam ao longo dessa longa escolaridade?

Sabendo-se que:

– por um lado, nunca houve tanta informação e tão disponível – que impõe a pergunta:

- que escolher?
- como escolher?

– por outro, que nunca terá havido tanta incerteza, tão pouca previsibilidade;

– por outro lado ainda, que nunca se pediu tanto à escola. Sobretudo pede-se-lhe hoje, e cada vez mais, que proporcione aprendizagens, as chamadas aprendizagens de vida, que dificilmente cabem nas disciplinas tradicionais ou na organização tradicional do saber em disciplina.

Vou referir então algumas mudanças mais estruturais – em que todos os intervenientes acordaram – para depois chegar ao currículo.

O primeiro ponto comum a todas as intervenções foi justamente a insistência na necessidade de **mais escolarização**.

Recordo em especial a intervenção da Presidente do Conselho Escolar do Estado de Espanha, Cármen Maestro, que nos mostrou um gráfico com a evolução do emprego evidenciando como os empregos rotineiros manuais diminuem e como aumentam os empregos mais cognitivamente exigentes.

É esta uma das características fundamentais da Sociedade do Conhecimento e Portugal, ao decretar uma escolaridade obrigatória até aos 18 anos de idade, já enveredou claramente por este caminho.

Um segundo ponto comum a todos os intervenientes foi o de que essa escolaridade mais longa se destina a todos os alunos e que uma das principais preocupações de todos os países – certamente dos que foram aqui referidos: França, Espanha e Portugal – é a preocupação com o **abandono precoce** de alguns alunos – isto é, com a saída do sistema educativo de alunos sem um certificado académico e sem uma qualificação profissional. Trata-se, portanto, de uma preocupação comum com os que não querem ou não conseguem aprender.

Ora para que consigamos uma escola

- onde todos os alunos
- aprendam melhor

– durante mais tempo

é preciso que haja mudanças e a Professora Carlinda Leite fez uma comparação muito interessante entre os desafios colocados à escola nos anos 80, 90 e na actual década e elencou uma série de medidas tomadas ou propostas para lhes dar resposta. Para ser breve recordarei apenas as mudanças mais consensualmente propostas:

– Na organização da escola;

– Nas formas de lidar com as dificuldades dos alunos, i.e., nas estratégias de recuperação, que deverão ser imediatas, diversificadas e não assentarem ou assentarem cada vez menos em soluções uniformes como a retenção.

– Numa co-responsabilização da escola e da equipa de professores para que os alunos consigam adquirir as aprendizagens consideradas indispensáveis no final da escolaridade obrigatória.

(Creio que estas recomendações foram comuns pelo menos às intervenções dos professores Carlinda Leite, João Sebastião, Joaquim Azevedo, Sérgio Niza...)

E finalmente chegamos ao Currículo:

Pareceu-nos ver também concordância entre todos os intervenientes na constatação de uma evolução de um paradigma segundo o qual o currículo era um conjunto de disciplinas caracterizadas por conteúdos definidos em programas expressos em manuais escolares (o que é designado como o “paradigma tradicional de racionalismo académico” – o currículo como o conjunto das matérias a ensinar e a estrutura organizada dessa transmissão) e o bom professor era o que conseguia motivar os alunos para os conteúdos do programa que expunha e explicava de forma a que eles os compreendessem e aprendessem.

O papel da escola, segundo esse paradigma, era:

- a transmissão de saberes
- a preparação para a vida futura (vista como semelhante à presente).

Toda a organização escolar está feita segundo este paradigma e orientada para esta concepção curricular: os professores organizam-se por disciplina, reúnem fundamentalmente para distribuir e calendarizar os conteúdos dos programas e avaliam as aprendizagens dos alunos por referência à aquisição desses conteúdos.

Ora a escola de que hoje se fala e que já vai existindo, ou melhor, co-existindo com a escola tradicional, implica que se repense a sua organização e o seu currículo em função de certas **tendências recentes**:

– Centração nos resultados (como referiu o Prof. Claude Thélot) – ou seja, o que de facto os alunos aprendem e não o que o programa estabelece ou o que os professores ensinam...

– Importância do currículo oculto (o que se aprende na escola fora do ensino formal, no que se faz e sobretudo no que se faz por gosto, como frisou o Prof. António Câmara), o que tem implicações também no seu Currículo explícito.

– Ensino orientado para o desenvolvimento e aquisição de competências, querendo isto dizer que, por exemplo, o ensino básico, além de fornecer informação, deverá preparar os alunos para saberem procurar essa informação, saberem tratá-la, criticá-la, integrá-la, transformá-la, agirem em função dela – este o ponto de partida para o conceito de competências que tão polémico tem sido entre nós mas que, segundo a definição apresentada pela União Europeia, é “o conjunto (se possível integrado) de:

- Conhecimentos
- Capacidades e
- Atitudes”.

Os currículos, segundo a proposta do quadro europeu de competências, devem apresentar conteúdos e estratégias de aprendizagem que permitam o desenvolvimento de competências como: buscar, seleccionar e tratar informação, propor soluções para problemas, trabalhar em equipa, expressar-se e comunicar, ter pensamento crítico, criatividade e espírito de iniciativa e empreendedor, etc.

A Comissão Europeia, em 2001, confiou a um grupo de trabalho de peritos nacionais a missão de definir o conceito de “competências-chave” e de propor um conjunto de competências reconhecidas em todos os países da União Europeia. Chegaram a um conjunto de oito competências que têm vindo a ser trabalhadas a nível nacional (e o Prof. Thélot falou-nos do “Sòcle Commun Français”) e que têm sido também influenciadas por outras organizações internacionais como a OCDE, através dos testes de desempenho internacional como o PISA de que também se falou hoje, designadamente na intervenção da Presidente Cármen Maestro.

Foi disto tudo que se falou hoje, aliás.

E mais dois pontos:

Como dizia a Presidente do CNE, Prof. Ana Maria Bettencourt, na sua introdução, “O currículo deve viabilizar um paradigma de escola diferente onde todos aprendam e, para isso, tem de permitir a adaptação das propostas curriculares aos contextos da escola e da turma”.

O que coloca uma nova questão: quem define o currículo? A que nível?

Certamente que a nível nacional deverá haver um conjunto comum de finalidades e competências – como é o caso em Portugal. Mas também deverão existir margens de adaptação e de complementaridade dos currículos:

- a nível regional – e também já é o caso com as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira; e
- a nível local – da própria escola, da turma através do Projecto Educativo de Escola e dos projectos curriculares de escola e de turma.

O Prof. Claude Thélot acentuou uma outra dimensão muito importante que me parece relacionável também com a intervenção do Prof. António Câmara: a **personalização**.

Em contraponto a esse “Sôcle Commun”, a esse conjunto de aprendizagens comuns às quais todos os cidadãos deverão não só ter acesso mas dominar no final da escolaridade básica, em contraponto, dizia, falou-nos ele da necessidade de personalização, de reconhecimento de percursos pessoais, como também defendeu o Prof. Joaquim Azevedo, através da existência de opções, apoios aos jovens para desde cedo construir os seus próprios projectos pessoais e aprenderem a escolher.

Podemo-nos interrogar se essa personalização não pode e deve começar antes do Ensino Secundário, se não deve mesmo começar desde o jardim-de-infância e sem prejuízo do “tronco comum” - num equilíbrio inevitavelmente difícil!

Em suma:

A democracia portuguesa conseguiu alargar extraordinariamente o acesso à escolaridade, graças a um esforço extremo, quase comovente. Mas hoje interrogamo-nos se isso terá sido suficiente, se se conseguiu também contribuir para formar cidadãos mais conhecedores, mais criativos, mais responsáveis, mais autónomos e como poderá fazê-lo melhor.

Pensar o currículo nesta perspectiva significa, pois, pensar como conseguir equilibrar um tronco comum de saberes, capacidades e atitudes indispensáveis ao cidadão de hoje, mas que inclua também a criatividade, a capacidade de escolha, a capacidade de ter e exprimir uma marca pessoal, a capacidade, como dizia o Prof. António Nóvoa parafraseando Guimarães Rosa, não tanto de descobrir terras novas, mas de construir um novo olhar.

Esse é o grande desafio a esta casa, ao CNE, aos educadores e professores - os tais professores-pedagogos a cujo regresso o Prof. Sérgio Niza apelava: ultrapassando dicotomias empobrecedoras, conseguir criar condições, na escola e no currículo, para formar cidadãos mais informados e mais participativos, ou melhor, mais informadamente, responsabilmente e criativamente participativos. Um currículo que seja simultaneamente para todos e para cada um!

---

<sup>1</sup> Presidente da Comissão de Educação e Ciência

<sup>2</sup> Conselho Nacional de Educação